



miguilim

VOLUME 13, NÚMERO 1 | JAN-ABR 2024

A REPRESENTAÇÃO DO POVO N'OS *LUSÍADAS* E EM "TEOREMA" A PARTIR DAS NARRATIVAS SOBRE INÊS DE CASTRO



THE REPRESENTATION OF THE CITIZENS IN *OS LUSÍADAS* AND "TEOREMA" BASED ON THE NARRATIVES ABOUT INÊS DE CASTRO

Barbara de Aguiar JUSTUS
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Eunice de MORAIS
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | AUTORIA
RECEBIDO EM 14/09/2023 • APROVADO EM 30/04/2024
DOI: <https://doi.org/10.47295/mgren.v13i1.1111>

Resumo

Partindo do discurso histórico presente nas Crônicas de Rui de Pina e Fernão Lopes sobre as vidas de Dom Affonso IV e Dom Pedro I de Portugal, este artigo busca analisar os episódios relacionados à Dona Inês de Castro, nas obras de ficção *Os Lusíadas* (1572), de Luís Vaz de Camões, e "Teorema" (1963), de Herberto Helder. Pretende entender, especificamente, a forma como o povo é representado em cada obra e verificar de que forma a perspectiva estabelecida pelo narrador altera essa representação, além de tentar apreender se há um teor crítico junto do discurso ficcional-histórico. Na busca por

entender as relações entre ficção e verdade histórica, bem como as ações dos personagens em seus contextos, investiga as narrativas históricas relatadas pelos cronistas e compara com as narrativas ficcionais, além de estudar, entre outras questões, a teoria da ficção histórica a partir de Marilene Weinhardt (1994, 2010), a combinação entre história e arte na obra camoniana segundo Mauro Cavaliere (2002), e a escrita dos cronistas e objetivos desse tipo de narrativa de acordo com Antônio José Saraiva (1999). A pesquisa, por fim, revela que a diferença da perspectiva escolhida pelo autor altera substancialmente o modo de representar o povo, principalmente considerando o objetivo com o qual cada narrativa foi escrita.

Abstract

Based on the historical discourse in the Chronicles of Rui de Pina and Fernão Lopes about the lives of Dom Affonso IV and Dom Pedro I of Portugal, this article intends to analyze the episodes related to Inês de Castro, in the fictional works *Os Lusíadas* (1572), by Luís Vaz de Camões, and "Teorema" (1963), by Herberto Helder. It intends to understand, specifically, the way in which the citizens appear in each work and verify how the perspective adopted by the narrator affects this representation, in addition, it tries to apprehend a critical content along with the fictional-historical discourse. While intending to understand the relationship between fiction and historical truth, as well as the actions of the characters in their contexts, we study the historical narratives by the chroniclers and compare them to the fictional narratives. We also study, among other points, the theory of historical fiction based on Marilene Weinhardt (1994, 2010), the combination between history and art in Camon's work by Mauro Cavaliere (2002), and the writing of the chroniclers and objectives of this type of narrative according to Antônio José Saraiva (1999). The research, finally, reveals that the difference in perspective chosen by the author substantially changes the way of representing the citizens, especially considering the objective with which each narrative was written.

Entradas para indexação

Palavras-chave: Ficção histórica. Inês de Castro. O povo. Representação. Crítica.

Keywords: Historical fiction. Inês de Castro. The citizens. Representation. Critics.

Texto integral

Introdução

O presente artigo busca analisar o episódio de Dona Inês de Castro nas obras de ficção *Os Lusíadas* (1572)¹, de Luís Vaz de Camões, e "Teorema" (1963), de Herberto Helder, em especial quanto à representação do povo. O objetivo é observar de que forma a perspectiva a partir da qual cada autor decide narrar o episódio afeta a representação dos personagens. A fim de alcançar esse objetivo, inicia-se com breve apresentação da história dos personagens, por meio do discurso histórico das Crônicas de Fernão Lopes e Rui de Pina, buscando

¹ Neste trabalho, é utilizada uma edição de *Os Lusíadas* de 1843. Vez que ao longo do trabalho é realizada uma análise comparativa entre textos que tratam do mesmo tema, Dona Inês de Castro, a escolha de uma versão bastante antiga da obra camoniana é para que a diferença entre as épocas de escrita das obras fique bem demarcada e explícita, até mesmo na ortografia dos textos.

compreender principalmente qual era o objetivo dos cronistas, enquanto funcionários do Reino. Essa análise inicial, baseada em apontamentos do historiador e crítico literário Antônio José Saraiva (1999), já se mostra muito importante para a pesquisa, vez que a finalidade com a qual a narrativa histórica é escrita vai se mostrar influente na forma de representar os personagens, assim como nas construções literárias em estudo.

Em seguida, observa-se de que forma o episódio é narrado por Camões, além de tentar entender como a obra camoniana combina arte e fatos históricos, partindo da tese de Mauro Cavaliere (2002).

Com o objetivo de entender como era o comportamento do povo da época, analisa-se como os cronistas constroem, nas narrativas históricas, a relação dos cidadãos com os acontecimentos na corte portuguesa como, por exemplo, a desconfiança de alguns quanto ao suposto casamento de Dom Pedro com Dona Inês, e a reação ao acordo que o Rei de Portugal realiza com Dom Pedro de Castella para se vingar dos executores de sua amada.

Por fim, chega ao conto de Helder, que é contado a partir do ponto de vista do executor de Dona Inês. São analisados elementos do conto, como o espaço narrativo e a escolha de um narrador-personagem, partindo das observações de Teresinha de Jesus Baldez e Silva (2013), a fim de perceber por que o autor decide contar o episódio a partir dessa perspectiva, os efeitos dessa escolha na representação dos personagens, e se há um teor crítico na narrativa, com base nas considerações teóricas de Marilene Weinhardt (1994, 2010) e Cleia da Rocha Sumiya (2016).

Inês de Castro por Fernão Lopes e Rui de Pina

Fernão Lopes (1380? - 1459) teria sido o primeiro cronista oficial do Reino de Portugal. Guarda-mor da Torre do Tombo desde 1418, foi encarregado por D. Duarte de colocar em crônicas as histórias dos Reis e seus antepassados, até ser aposentado em 1454 (Saraiva, 1999).

A Crônica de Dom Pedro I (1320 - 1367), de Fernão Lopes, e a Crônica de Dom Affonso IV (1291-1357), de Rui de Pina, são consideradas fontes históricas, uma vez que os cronistas eram pessoas de confiança dos Reis, designados a escrever a história de Portugal. Cabe destacar que os cronistas eram funcionários da corte e que, sendo a casa real solicitante e financiadora das crônicas, os cronistas se viam com a missão de agradá-la (Michelan, 2011). No entanto, isso não significa que as crônicas não apresentassem uma verdade. Segundo Saraiva, ainda que Fernão Lopes, enquanto panegirista e convicto da dinastia de Avis, tenha criticado seus adversários, "sempre que tem sido possível comparar a sua narrativa com as respectivas fontes documentais e narrativas, o espírito crítico de Fernão Lopes tem saído engrandecido de prova" (Saraiva, 1999, p. 24). O historiador português refere-se a Fernão Lopes como "o cronista da revolução, tanto do ponto de vista objectivo (os factos) como subjetivos (os sentimentos)" (Saraiva, 1999, p. 25).

Dona Inês de Castro é descrita por Rui de Pina como muito formosa e de linhagem nobre por parte de pai, embora não fosse filha legítima. Segundo consta, Dona Inês foi amante de Dom Pedro I, filho do Rei Dom Affonso de Portugal. Dom

Pedro foi casado com Dona Constança, com quem teve quatro filhos, sendo que o primeiro, Dom Luis, faleceu ao batismo, tendo Dona Inês como sua madrinha. Dona Constança faleceu após o nascimento de sua filha, Dona Maria, mas mesmo enquanto em vida, Dom Pedro já era “muyto namorado de D. Ines” (Pina, 1936, p. 187).

Considerando o objetivo de expressar uma perspectiva favorável à dinastia de Avis, da qual Fernão Lopes era partidário convicto, como afirmado por Saraiva (1999), Michelan (2011) observa que, normalmente, os cronistas utilizavam o prólogo para engrandecer o alvo da crônica. Na Crônica de Dom Pedro I, um dos pontos mais destacados por Fernão Lopes a respeito do Rei é o seu forte senso de justiça. Esta virtude é colocada, pelo cronista, como necessária ao Rei, pois assim fará leis para que todos vivam de forma direita e, se o povo cumprir a lei, não cometerá injustiças. A justiça é necessária não apenas ao Rei, mas também ao povo, incluindo aqueles que não são naturais do Reino pois, se não for cumprida a lei, sobre o povo haverá de vir tempestades e tribulações.

Dedicado a exaltar o senso de justiça de D. Pedro como uma virtude, Fernão Lopes menciona que essa característica fazia com que Dom Pedro fosse bem quisto pelo povo, como podemos observar em diversos momentos da Crônica, a exemplo: “Pois d'este Rei achamos escripto que era muito amado de seu povo, pelo manter em direito e justiça, dê - ahi boa governança que em seu reino tinha” (Lopes, 1895, p. 24).

Além de “O Justiceiro”, Dom Pedro também haveria de ser conhecido como “O Cruel”. Pode-se atribuir o designador ao fato de que, em nome de cumprir a justiça, esse Rei não perdoava erros e por vezes até lhe diziam que suas penas eram excessivamente severas: “Este Rei Dom Pedro, enquanto viveu, usou muito de justiça sem afeição, tendo tal igualdade em fazer direito, que a nenhum perdoava os erros que fazia” (Lopes, 1895, p. 31).

Seu pai, Dom Affonso IV, por outro lado, é mostrado como sendo potencialmente mais piedoso. De acordo com a Crônica de Rui de Pina (1936), ainda durante a vida de seu pai, além dos filhos com Dona Constança, Dom Pedro teve três filhos homens e uma filha mulher com Dona Inês – Dom Afôso, Dom João, Dom Dinis, e Dona Beatris. Após a morte de Dona Constança, o Rei Dom Affonso requereu que seu filho se casasse novamente ou declarasse Dona Inês como sua esposa, porém esse não o fez. O cronista acredita que Dom Pedro não se casou porque não queria deixar Dona Inês, mas também não a declarou sua mulher, pois, como dito, ela não era filha legítima de Dom Pedro de Castro, além do fato de que seus irmãos Dom Fernando de Castro e Dom Alvaro Pires de Castro eram grandes senhores em Castella, território da Espanha naquele momento.

Sabendo da importância dos irmãos de Dona Inês, havia no Rei um receio de que fosse ordenada a morte de seu neto, Dom Fernando, filho primogênito de Dom Pedro e Dona Constança, para que se tornasse possível a um dos filhos de Dona Inês suceder os Reinos de Portugal e dos Algarves. Para evitar que isso acontecesse, o Rei acreditava que a melhor forma era que Dom Pedro se casasse novamente e Dona Inês saísse do Reino. Não concordando Dom Pedro com isso, e o Rei ainda vendo Dona Inês como uma ameaça ao Reino, decidiu pela morte dela. Ciente das ameaças à vida de Dona Inês, Dom Pedro tentou mantê-la em um lugar

mais seguro, onde não corresse risco, mas ainda assim não afirmava que era com ela casado (Pina, 1936).

O cronista narra que, determinado da morte de Dona Inês, o Rei Dom Affonso se desloca até Coimbra, onde ela estava, nas casas do Mosteiro de Santa Clara, acompanhado de “muyta gente armada” (Pina, 1936, p. 195). Quando o Rei chega a Coimbra, Dona Inês o recebe à porta, junto de seus três filhos e, em meio a muitas lágrimas e palavras de piedade, implora por perdão e misericórdia. Em seguida, a Crônica de Dom Affonso IV o descreve como um homem piedoso, afirmando que o Rei decide poupar a vida da dama. Ocorre que, ao verem o Rei decidido a poupar a vida de Dona Inês, algumas das pessoas que o haviam acompanhado, movidas por grande ódio e por acreditarem que ela colocava em risco o Reino, teriam pressionado o Rei para que os autorizasse a matá-la:

[...] alguns Cavaleyros que com elRey hiaõ pera a morte della que loguo entrarão, & principalmente Dioguo Lopes Pacheco filho de Lopo Fernandes Pacheco senhor de Ferreyra, & Alvaro Goncalves meirinho mor, e Pero Coelho quando assi viraõ sahir elRey como quem ja revocava sua tença agravados delle pella publica determinação com que os ally trouxera, & pello grande o dio, & mortal perigo que daly em diante com ella, & com o Infante Dom Pedro os leyxava, lhe fizeraõ dizer, & consentir que elles tornassem a matar Dona Ines se quizessem, a qual por isso loguo matarão. (Pina, 1936, p. 196).

Assim, Dona Inês foi assassinada em 1355, três anos antes que Dom Pedro se tornasse Rei. Foi enterrada no Mosteiro de Santa Clara, onde se encontrava, sendo que, anos depois, Dom Pedro determinou que seu corpo fosse levado, “na mais honrada trasladação que até aquelle tempo em Portugal fora vista”, para o Mosteiro de Alcobaça, onde, depois de morrer, estaria junto com ela (Lopes, 1895, p. 173).

***Os Lusíadas*: o Rei benigno e o povo impiedoso**

Luís Vaz de Camões, nas estâncias CXVIII a CXXXV do Canto III, d’*Os Lusíadas*, publicado pela primeira vez em 1572, trata da história de Dona Inês de Castro. O pesquisador português Mauro Cavaliere (2002) afirma que a obra de Camões fazia referência à história recente, fatos conhecidos comumente e atestados por fontes historiográficas da época. Aponta que, apesar de fazer uso do saber histórico, Camões o fazia de forma crítica, principalmente ao tratar de fatos históricos não suficientemente atestados.

Segundo Cavaliere, o poema camoniano combina fatos históricos e formas de arte clássica: “alguns signos que remetem claramente a literariedade (tais como o verso, a estrutura, a presença do fantástico pagão e a instancia ficcional do narrador), se contrapõem a repetidamente asseverada veridicidade dos factos relatados” (Cavaliere, 2002, p. 249). Tal veracidade seria resultado “da fidelidade camoniana a um hipotexto historiográfico, um outro texto que, por consenso geral, representa o discurso da verdade numa dada sociedade”, pelo que não seria muito diferente do romance histórico (Cavaliere, 2002, p. 250). O autor considera *Os*

Lusíadas como um “poema duplamente histórico” ou “simplesmente histórico pela própria maneira de abordar o passado” (Cavaliere, 2002, p. 261).

Quanto ao episódio de Inês de Castro, Camões, de início, já demonstra que se trata de uma situação trágica, se referindo ao acontecimento como “triste e digno de memória”, contando a história daquela “que depois de ser morta foi Rainha” (Camões, 1843, p. 114). Em versos, relata, primeiramente, que Dona Inês vivia tranquila, “posta em socêgo”, nos campos de Mondego, onde “erão tudo memórias de alegria”. Ocorre que, ouvindo as reclamações e “o murmurar do povo”, Dom Affonso, referido como “o velho pae sisudo”, teria determinado a morte de Dona Inês (Camões, 1843, p. 115).

Conforme mencionado anteriormente, Rui de Pina escreve que Dom Affonso se comoveu com os clamores de Dona Inês por piedade, mas que alguns cavalheiros que o acompanhavam, acreditando ser ela uma ameaça ao Reino e percebendo que o Rei estava convencido a perdoá-la, lhe teriam pressionado a dizer que poderiam matá-la (Pina, 1936).

Esse momento é narrado por Camões, na estância CXXIV, na qual demonstra a piedade do Rei, os pedidos de misericórdia de Dona Inês e a firmeza do povo incentivando a sua execução:

Trazia-na os horríficos algozes
 Ante o Rei, já movido a piedade;
 Mas o povo, com falsas e ferozes
 Razões, à morte crua o persuade.
 Ella com tristes e piedosas vozes,
 Sahidas só da mágoa, e saudade
 Do seu Principe e filhos, que deixava,
 Que mais que a própria morte a magoava. (CAMÕES, 1843, p. 116).

Dona Inês pede que seja poupada em respeito a seus filhos, netos do Rei, da mesma forma que relata também Pina (1936, p. 196), que “por escudo de sua vida, & pera sua innocencia achar na ira de ElRey alguma mais piedade, trouxe ante si os três innocentes Infantes seus filhos netos de elRey, com cuja apresentação, & com tantas lágrimas, & com palauras assi piadozas pedio misericórdia”. Além disso, reforça o fato de que ela não teria qualquer culpa e, como expressa Camões, o seu único erro teria sido se apaixonar por Dom Pedro:

Ó tu, que tâes de humano o gesto e o peito,
 (Se de humano He matar huma donzella
 Fraca e sem fôrça, só por ter sujeito
 O coração a quem soube vencê-la)
 A estas criancinhas tem respeito,
 Pois o não tâes a morte escura della:
 Mova-te a piedade, sua e minha,
 Pois não te move a culpa que não tinha. (Camões, 1843, p. 117).

Inclusive, um dos motivos que teria deixado Dom Pedro tão revoltado e tomado por desejo de vingança, ao saber do assassinato de sua amada, seria, justamente, o fato de que ela não tinha culpa e tinha sido morta apenas por sua causa: “O Infante Dom Pedro pella morte da ditta Dona Ines de Castro por saber

que por seu respeyto somente, & sem alguma culpa dela a mataraõ, foy com razaõ tam anojado, & posto em tanta tristeza, que como danado andava pera perder o sizo” (Pina, 1936, p. 197).

Camões se refere a Dom Affonso como Rei benigno: “Queria perdoar-lhe o Rei benino, Movido das palavras que o magoam” (Camões, 1843, p. 118), considerando a narrativa de que teria sido convencido a perdoá-la, mas que o povo é que teria se mostrado impiedoso, pressionando o Rei para que se mantivesse a decisão de matar a dama:

Mas o pertinaz povo, e seu destino
Que desta sorte o quis, lhe não perdoão.
Arrancão das espadas de aço fino
Os que por bem tal feito alli pregoão.
Contra huma dama, ó peitos carniceiros,
Feros vos amostrais, e cavalleiros? (Camões, 1843, p. 118).

Seguindo para o final do episódio, Camões se refere novamente ao fato de que Dona Inês teria sido feita Rainha depois de morta, fato narrado também por Rui de Pina, ao afirmar que “depois de sua morte foy avida, & sepultada por Raynha de Portugal” (Pina, 1936, p. 188).

A vingança de Dom Pedro

Depois de finalizado o episódio de Dona Inês de Castro, na estância seguinte, Camões conta como Dom Pedro se vingou daqueles que julgou serem os maiores responsáveis pela morte de sua amada:

Não correo muito tempo que a vingança
Não visse Pedro das mortaes feridas;
A tomou dos fugidos homicidas.
De outro Pedro cruissimo os alcança;
Que ambos imigos das humanas vidas,
O concerto fizerão duro e injusto,
Que com Lepido e Antonio fez Augusto. (Camões, 1843, p. 120).

Na verdade, Dom Pedro culpava Diego Lopes Pacheco, Pero Coelho e Alvaro Gonçalves pela morte de Dona Inês, além de vários outros, mas contra esses em específico o infante tinha mais rancor. Segundo Fernão Lopes (1895, p. 121), Pero Coelho e Alvaro Gonçalves tinham culpa, de fato, mas Diogo Lopes não.

A questão é que os referidos cavalleiros tinham sido perdoados pelo Rei Dom Affonso, e viviam seguros no Reino enquanto este viveu. Porém, quando já doente e sabendo que a morte estava chegando, Dom Affonso teria mandado chamá-los e lhes alertado de que Dom Pedro tinha muito rancor e que não poderia mais defendê-los, caso seu filho lhes quisesse fazer mal, pelo que os homens decidiram partir para Castella, onde poderiam viver em segurança.

Dom Pedro, depois de reinar, conferiu, contra os cavalleiros, sentenças de traição, dizendo que fizeram coisas que não deviam fazer contra ele e contra o Estado. Sabendo que estavam em seu Reino alguns homens que haviam fugido de

Castella, após o Rei ter lhes mandado matar, Dom Pedro de Portugal ofereceu a Dom Pedro de Castella que fizessem um acordo, segundo o qual aquele Rei entregaria a esse os castelhanos que viviam em seu Reino, em troca de que o Rei de Castella lhe entregasse Diego Lopes Pacheco e os outros portugueses lá viviam.

Assim, Dom Pedro de Castella mandou prender os três homens, sendo que Diogo Lopes conseguiu fugir. Sem ter o que fazer, esse Rei enviou apenas Alvaro Gonçalves e Pero Coelho ao Rei de Portugal. Sem piedade, este Rei queria que confessassem sua culpa na morte de Dona Inês, mas não obteve sucesso.

Fernão Lopes (1895, p. 127) descreve a maneira que o Rei os mandou matar como “mui estranha e crua de contar”: mandou tirar o coração pelos peitos a Pero Coelho e a Álvaro Gonçalves pelas espáduas.

“Teorema”: o assassinato do executor de dona Inês pelo ponto de vista dele

O conto “Teorema”, presente no livro *Os Passos em Volta*, de Herberto Helder, publicado pela primeira vez em 1963, sendo uma narrativa em primeira pessoa, dá voz a um dos responsáveis pela morte de Dona Inês de Castro.

O termo “teorema” traz a ideia de uma proposição que pode ser demonstrada. Segundo Silva (2013, p. 30), o conto trata-se de “uma hipótese que põe em cena valores os quais contrariam o senso comum e deslocam a enunciação para outro ponto de observação”, pois inverte a perspectiva de narração. Se antes apenas a visão de Dona Inês e Dom Pedro eram narradas, agora Helder abre espaço para que seja contada a história pela visão do assassino. Assim, parece que “o narrador, ao inverter a história e desmistificar as figuras de Inês e Pedro, impõe uma reflexão sobre mito, história e ficção” (Silva, 2013, p. 30).

Outra interpretação poderia ser de que o título seria um convite ao leitor para que investigue, sugerindo que procure, no texto, elementos que não se possam comprovar pela lógica. Logo no início, percebe-se uma violação da realidade espaço-temporal. O autor descreve elementos espaciais, como uma estátua do marquês Sá da Bandeira (1795-1876) e a visão de uma janela de estilo manuelino, desenvolvido durante o reinado de Dom Manuel I (1469-1521). Tais elementos, inseridos no espaço narrativo que teria se passado séculos antes, constituem o que Cerdeira (2008, p. 54-55) chama de “um cenário híbrido de camadas de passado e indícios do presente”. Este cenário revela a repercussão do episódio através dos tempos, como uma ressonância da memória coletiva do povo português.

O narrador-personagem conta que foi condenado pelo assassinato da amante favorita do Rei Dom Pedro. Afirma que suas razões não foram para salvar o Reino da influência castelhana, e sim para salvar o amor do Rei. Note-se que, segundo Fernão Lopes (1895), jamais se viu na história amor verdadeiro como o de Dom Pedro por Dona Inês. Porém, quando o narrador de “Teorema” trata de Dona Inês como “amante favorita”, levanta a ideia de que, ainda que fosse a favorita, era apenas uma das amantes de Dom Pedro. Kreischer (2012) observa que parece que o autor não a coloca no lugar de um amor único, inigualável, como o descrito nas crônicas. Apesar disso, o conto faz menção ao “espetáculo sinistro”, no qual o Rei “fez transportar o cadáver da amante de uma ponta a outra do país, às costas do povo” (Helder, 2005, p. 94).

O narrador do conto alega ter apelido de Coelho, o que sugere que esse personagem se trata de Pero Coelho que, como mencionado anteriormente, era um dos homens que Dom Pedro mais culpava pela morte de Dona Inês. Após contextualizar o que teria ocorrido para que chegasse até ali, assumindo ser responsável pelo assassinato, o personagem narra que alguém lhe ordena que se levante e agradeça ao seu Senhor, pelo que ele diz “Senhor, [...] agradeço-te a minha morte” (Helder, 2005, p. 94).

Se compararmos o conto de Helder com o relatado pelos cronistas, encontramos algumas diferenças, por exemplo, Fernão Lopes relata que, após tentar extrair a confissão de culpa dos dois homens (Pero Coelho e Alvaro Gonçalves) pela morte de Dona Inês, o Rei teria dado um açoite no rosto de Pero Coelho, pelo que esse teria soltado contra o Rei palavras desonestas e feias, chamando-lhe de “traidor a fé, perjuro, algoz e carniceiro de homens” (Lopes, 1895, p. 127). No conto, as últimas palavras do personagem não são ofensas ao Rei, mas um “agradecimento” pela morte, o que parece uma forma irônica de demonstrar o real sentimento de traição que aquele nutre pelo Rei que manda assassinar membros de seu próprio povo. Hutcheon (1985, p. 48), ao tratar da paródia, menciona “uma distanciação crítica entre o texto em fundo a ser parodiado e a nova obra que incorpora, distância geralmente assinalada pela ironia”, esta que pode ser criticamente construtiva ou destrutiva. Assim, podemos dizer que o texto de Helder parodia os relatos históricos através da ironia com a qual o personagem deixa de falar o que realmente pensa ao Rei, mas, ao invés, o “agradece”. A realidade é que o personagem condena a atitude do Rei, o que fica claro durante o texto, em que chama o Rei de louco e acredita que ele vai para o inferno. Parece, portanto, que Helder utiliza esse recurso para marcar o distanciamento entre os textos e fazer uma crítica à imagem criada, em textos anteriores, do Rei como alguém nobre, que sempre mereceria agradecimentos e não xingamentos.

Note-se que tal característica não está presente na obra camoniana, vez que o autor d’*Os Lusíadas* não tinha o objetivo de criticar as atitudes dos Reis. Trata-se, em verdade, de uma narrativa sobre a expansão do território português, com o objetivo de exaltação dos heróis nacionais.

A narrativa de “Teorema” segue com o Rei ordenando aos carrascos que arranquem o coração de Pero Coelho pelas costas, enquanto o que se ouve é a excitação do povo. Outra diferença entre a crônica de Fernão Lopes e o conto “Teorema” é que, naquela, era Alvaro Gonçalves quem tinha o coração arrancado pelas costas. Quanto à narrativa da própria morte pelo personagem Pero Coelho no conto, Cerdeira observa que

esse eu narra num tempo que dura o antes, o durante e o depois da própria morte, num novo pacto em que o eu que narra se destaca de si próprio como personagem da trama, estranha alteridade de si para si, para se fazer tão somente figura do discurso, assinatura de um sujeito que, ao continuar a dizer “eu” depois da morte, afirma a linguagem como resto possível de vida que permanece como aporia para além do limite entre a vida e a morte. (Cerdeira, 2008, p. 54).

Após ter o coração arrancado, o personagem continua consciente e, com a narrativa no presente do indicativo, observa seu coração nas mãos do carrasco e o momento em que um moço o leva para o Rei. Ouve gritos e aplausos da multidão, da mesma forma que, momentos antes da morte, ouve “as vozes do povo, a sua ingênua excitação” (Helder, 2005, p. 94). Afirma que não sente medo, ciente de que vai para o inferno, mas com convicção de que o Rei e sua amante também vão.

Seguindo a ideia do início do conto, quando o personagem não coloca Dona Inês como sendo o único amor de Dom Pedro, novamente, aqui se desfaz a imagem dela como inocente, que teria cometido o único de se apaixonar. “Ingênuo” seria o povo, mas Dom Pedro e Dona Inês seriam figuras tão infernais quanto ele próprio. Ao afirmar “sei que vou para o inferno, visto eu ser um assassino e o meu país ser católico” (Helder, 2005, p. 95), o personagem não se coloca como inocente, mas a questão é mostrar justamente que os membros da realeza também não o são. Para ele, a única digna do céu seria Dona Constança, a quem o autor refere como “a mulher do Rei”, passando ideia de ser a única, diferente de Dona Inês, que era uma das amantes.

Coelho enxerga quando o Rei segura seu coração diante do povo, que aplaude. “Somos um povo bárbaro e puro”, afirma o personagem, mesmo que depois da morte, colocando-se ainda como parte desse povo, mencionando também que o Rei “entende nossa alma obscura, religiosa”. Faz uma divisão clara entre o Rei e o povo, sendo que aquele está à cabeça desse grupo, do qual o personagem claramente continua vendo-se inserido: “somos também um povo cheio de fé”, “somos todos loucos” (Helder, 2005, p. 95).

Escuta obscenidades a seu respeito, bem como observa quando um moço vai pedir autorização ao Rei para que lhe cortem o pênis, reforçando a posição de autoridade do Rei. A multidão aclama o Rei e chama Pero Coelho de assassino. É como se o povo condenasse um dos seus membros por ser um assassino, ao mesmo tempo em que enaltece o Rei pelo mesmo motivo.

O que consta na Crônica de Fernão Lopes é que o povo teria reprovado a atitude do Rei, tendo este inclusive perdido muito de sua boa fama pelo escambo que realizou com o Rei de Castella, o qual foi tido “por mui grande mal, dizendo todos os bons que o ouviam, que os Reis erravam mui muito indo contra suas verdades, pois que estes cavalleiros estavam, sobre segurança, acoutados em seus reinos” (Lopes, 1895, p. 128).

Assim, resta buscar entender por que Helder teria representado a situação desse modo. Weinhardt (2010, p. 82) admite que “há formas de ficcionalização que permitem articulação com outra série discursiva, a crítica”, pelo que, nos romances históricos, pode-se “buscar apreender se representam uma contribuição nesse conjunto e, em caso positivo, como se integram, de um lado à ficção e de outro à crítica”. Parece que, em “Teorema”, o autor busca trazer uma crítica à forma que o povo é representado em textos anteriores. Tanto no discurso histórico das Crônicas, quanto nos versos de Camões, o episódio era relatado mostrando que foram os cavalleiros que acompanhavam Dom Affonso, ou seja, parte do povo, que pressionaram o Rei a autorizar a morte de Dona Inês que, supostamente, sequer teria ocorrido por sua vontade, vez que estava comovido e queria perdoá-la. O Rei Dom Affonso é mostrado como benigno e piedoso, Dona Inês é vista como inocente e apaixonada, e Dom Pedro colocado como aquele que apenas age para vingar a

morte injusta de sua amada, enquanto que o povo seria impiedoso, movido por ódio, e teria clamado pelo assassinato da dama.

Weinhardt explica que, no gênero Ficção Histórica, o objeto é o passado histórico, mas que “não interessa repetir o relato dos grandes acontecimentos, mas ressuscitar poeticamente os seres humanos que viveram essa experiência” (Weinhardt, 1994, p. 51). Segundo Sumiya (2016), mesmo que presentes grandes figuras históricas, a ação principal do enredo caberia às camadas intermediárias e baixas da sociedade.

Assim, o texto de Helder visa, justamente, dar voz àquele que nunca teve seu ponto de vista representado. Ao colocar um membro do povo como narrador-personagem, a narrativa vai em sentido oposto do que foi escrito anteriormente. Tira Dona Inês de um lugar de inocente e vítima, e mostra que a verdadeira vítima é o povo. Este sim é inocente e está submetido à vontade do Rei, cuja maior virtude não é a justiça. Na verdade, trata-se de um Rei cruel, autoritário, que promovia “espetáculos sinistros” (Helder, 2005), mandava assassinar de forma bizarra, “estranha e crua” (Lopes, 1895). Tanto é que, ao fim, o personagem afirma “no crisol do inferno havemos de ficar os três perenemente límpidos” (Helder, 2005, p. 97), reforçando a ideia de que ele, de fato, cometeu um crime e está condenado ao inferno, mas Dom Pedro e Dona Inês, similarmente criminosos, também estão.

Considerações Finais

O presente estudo buscou entender a representação do povo no episódio de Inês de Castro, tanto no discurso histórico das crônicas portuguesas, quanto no ficcional, analisando as obras de Camões e de Helder.

Fica claro o quanto, nas crônicas, ainda que presente a preocupação com o registro histórico, há também uma tentativa de narrar os fatos de uma perspectiva favorável à imagem dos Reis. Na crônica de Rui de Pina, o Rei Dom Affonso é colocado como piedoso e o povo é colocado como verdadeiro culpado pela morte de Dona Inês. Na de Fernão Lopes, o povo não aprova o assassinato de Pero Coelho e Alvaro Gonçalves, mas é passada a ideia de que Dom Pedro agiu para vingar a morte injusta de sua amada, condenando aqueles que, em sua visão, eram os mais culpados. Dona Inês é representada como vítima. Da obra de Camões também é possível extrair a visão de Dom Affonso cheio de piedade, benigno, disposto a poupar a inocente Dona Inês, que não teria cometido qualquer erro além de amar Dom Pedro, que posteriormente se vingaria dos homicidas. O povo, por sua vez, é colocado como insistente na morte da dama, como aqueles que não perdoam, ao contrário do Rei.

É no conto de Helder que se encontra outra perspectiva. É possível perceber o teor crítico do autor à forma como, até então, Dom Affonso, Dom Pedro e Dona Inês eram representados como bondosos, justos e o povo como feroz, horrífico. Isso porque o objetivo do conto não é enaltecer os Reis ou a pureza de Dona Inês. Pelo contrário, busca mostrar outra versão da história, contada a partir de Pero Coelho, que é um representante do povo, se colocando diversas vezes como parte desse grupo. O personagem, enquanto indivíduo à margem da sociedade portuguesa, até então era secundário na história do assassinato Inês de Castro, tanto no discurso histórico, quanto em outras ficcionalizações do tema. É nesta

ficção histórica contemporânea de Herberto Helder que ocupa lugar central, dessa forma, sendo atribuída voz a quem nunca havia tido, para que se possa, finalmente, questionar ou desfazer a imagem anteriormente construída, de uma realeza virtuosa e pura e de um povo impiedoso e odioso.

Referências

- CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. In: Obras completas, correctas e emendadas pelo cuidado e diligencia de J. V. Barreto Feio e J. G. Monteiro. Paris, Officina Typographica de Fain e Thunot, 1843. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518762>. Acesso em: 25 abr. 2024.
- CAVALIERE, Mauro. *As coordenadas da viagem no tempo*. 2002. 359 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Estocolmo, Estocolmo, 2002.
- CERDEIRA, Teresa Cristina. *Teorema: uma lógica moderna de sujeitos desejantes*. *Abril – NEPA / UFF*, v. 1, n. 1, p. 52-57, 30 nov. 2008.
- HELDER, Herberto. *Teorema*. In: HELDER, Herberto. *Os passos em volta*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005.
- HUTCHEON, Linda. Definição de Paródia. In: HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da Paródia*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- KREISCHER, Bárbara Cecília. “Fernão Lopes e Herberto Helder: heranças mitificadas de inês de castro na literatura portuguesa”. *Medievalis*, vol. 2, 2012.
- LOPES, Fernão. *Chronica de El-Rei Dom Pedro I*. Lisboa: Escriptorio, 1895.
- MICHELAN, Kátia Brasilino. *Um Rei em três versões: a construção histórica de Dom Affonso Henriques pelos cronistas medievais portugueses*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- PINA, Rui de. *Chronica d’El-Rei Dom Affonso IV*. Lisboa: Edições “Bíblion”, 1936.
- SARAIVA, Antonio José. *Iniciação à literatura portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SILVA, Teresinha de Jesus Baldez e. *A tragédia de Inês de Castro: uma leitura semiótica do conto “Teorema”, de Herberto Helder*. *Cad. Pesq.*, São Luís, v. 20, n. 1, jan./abr. 2013.
- SUMIYA, Cleia da Rocha. O Romance Histórico no Brasil: um breve panorama da produção ficcional. *Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 150-164, jan./jun. 2016.
- WEINHARDT, Marilene. A biblioteca ilimitada ou uma babel ordenada: ficção-crítica contemporânea. *Cadernos de estudos culturais*. Campo Grande, MS, v. 2, n. 3, p. 81-102, jan./jun. 2010.
- WEINHARDT, Marilene. Considerações sobre o romance histórico. *Revista Letras*, Curitiba, n. 43, p. 49-59, 1994.

Para citar este artigo

JUSTUS, Barbara de Aguiar; MORAIS, Eunice. A representação do povo n'Os lusíadas e em "Teorema" a partir das narrativas sobre Inês de Castro. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 13, n. 1, p. 239-251, jan.-abr. 2024.

251

Autoria

Barbara de Aguiar Justus é graduanda no curso de Licenciatura em Letras Português/Espanhol, na Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: bajustus@hotmail.com; ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0006-7068-1827>.

Eunice de Moraes é doutora em Letras (UFPR, 2009), professora associada de Literaturas de Língua Portuguesa na Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG/PR. Docente no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem - PPGEL - na mesma Universidade. Organizadora do livro *Leituras de ficção histórica: literatura, cinema e identidades* (Ed. Texto e Contexto, Col. singularis, vol. II, 2020), além de artigos e capítulos de livros, versando sobre as relações entre ficção e história. E-mail: nicemorais@gmail.com; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2840-224X>.